

Avaliação da aplicação do tema transversal 'sexualidade e gravidez na adolescência' em escolas de ensino médio do interior do Tocantins

Atualmente o modelo educacional brasileiro está fortemente embasada no ensino por competências e habilidades, com uma abordagem enfática nos 'Temas Transversais'. Cada um destes temas deve ser trabalhado buscando fundamentação na vida cotidiana do aluno, conferindo aos conteúdos trabalhados em sala de aula um significado real. Por tanto, o problema que permeia a presente pesquisa é a evidenciar o trabalho enfático do tema transversal 'Sexualidade' em colégios localizados uma cidade no interior do Estado do Tocantins. Com tudo, o objetivo do presente trabalho é expressar os resultados de um levantamento realizado nas escolas de 1ª série do Ensino Médio encontradas no Município de Guaraí, Estados do Tocantins a respeito do que os alunos sabem sobre sexualidade, métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da aplicação de questionários de múltipla escolha. Os resultados obtidos demonstram que as escolas cumprem seu papel quanto a educação sexual de seus alunos e que os professores da disciplina de Biologia são os que mais contribuem para esta formação. Provavelmente a não abordagem deste tema em outras disciplinas esteja atrelado a ausência de capacitação que conscientizem os professores de todas disciplinas do currículo a importância dos Temas Transversais.

Palavras-chave: Adolescentes; Métodos contraceptivos; Biologia.

Evaluation of the application of the cross-sectional theme 'sexuality and pregnancy in the adolescent life' in secondary schools in the interior of Tocantins

Currently the Brazilian educational model is strongly based on teaching by skills and abilities, with an emphatic approach in the "Transversal Themes". Each of these themes should be worked on seeking foundation in the daily life of the student, giving the contents worked in the classroom a real meaning. Therefore, the problem that permeates the present research is to evidence the emphatic work of the cross-sectional theme 'Sexuality' in schools located in a city in the interior of the State of Tocantins. With everything, the objective of this work is to express the results of a survey conducted in the 1st grade schools of high school found in the municipality of Guaraí, Tocantins states about what students know about sexuality, contraceptive methods and teenage pregnancy. The research data were obtained through the application of multiple choice questionnaires. The results obtained show that schools fulfill their role in terms of sexual education of their students and that the teachers of the biology discipline are the ones who contribute the most to this training. The non-approach of this theme in other disciplines is probably linked to the lack of training that make the teachers of all disciplines aware of the importance of transversal themes.

Keywords: Teenagers; Contraceptive methods; Biology.

Topic: **Educação em Saúde**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **09/01/2020**

Approved: **22/04/2020**

Leonardo Guerra dos Santos 
Instituto Educacional Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4757630438902301>
<http://orcid.org/0000-0001-6362-5612>
leonardolgs@hotmail.com

Sidney Ferreira dos Santos 
Instituto Educacional Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9736402845407623>
<http://orcid.org/0000-0001-9231-2981>
sidneybio96@gmail.com

Ana Paula Martins Guimarães 
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5309168123830683>
<http://orcid.org/0000-0002-0926-7962>
biologa.apmg@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2674-6654.2020.001.0005

Referencing this:

SANTOS, L. G.; SANTOS, S. F.; GUIMARÃES, A. P. M.. Avaliação da aplicação do tema transversal 'sexualidade e gravidez na adolescência' em escolas de ensino médio do interior do Tocantins. **Humanum Sciences**, v.2, n.1, p.30-43, 2019. DOI:
<http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6654.2020.001.0005>

INTRODUÇÃO

A educação brasileira passa periodicamente por reformulações em seu modelo a fim de melhorar o processo ensino-aprendizagem. Atualmente, o modelo em vigor é embasado no ensino por Competências e Habilidades e fortemente fundamentado nos Temas Transversais constantes na nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a fim de, associar os conteúdos do currículo com os problemas reais dos alunos.

De acordo com Mendes et al. (2019), enfatiza que, a definição destes temas se deu devidos a necessidade de amortecer e minimizar situações extremas por meio da seguinte afirmação: “Por se tratar de ações que podem amenizar situações recorrentes e urgentes no Brasil, estes temas então, foram denominados como ‘Temas Transversais’, que transpassam todas as disciplinas do currículo escolar em todas as etapas de formação do aluno”.

Estes temas foram escolhidos de forma estratégica para atender as necessidades e urgências sociais do Brasil. Os temas envolvidos nesta nova proposta de trabalho são: Ética, Meio Ambiente, Educação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde e Trabalho e Consumo, representando assim, um conjunto de temas educativos e eixos condutores da atividade cotidiana escolar elaboradas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e enfatizados pela BNCC (BRASIL, 2006; 2018).

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), entre os temas transversais não deve haver separação por modalidade e/ou disciplina ministrada, todos os temas devem ser trabalhados em todas as séries do ensino fundamental e médio e por todas as disciplinas do currículo de forma transversalidade. Os conteúdos devem ser separados de acordo com a realidade e capacidade cognitiva de cada aluno.

De acordo com Busquets et al. (2000), os Temas Transversais surgiram primariamente na Espanha, local onde foram publicadas obras de grande referência para os educadores interessados em conhecer a origem da estrutura curricular das escolas do ocidente, e compreender o significado da transversalidade e interdisciplinaridade de conteúdo.

Com o surgimento dos Temas Transversais na educação brasileira, aquele que está relacionado a “educação sexual” apresentam maior repercussão no território nacional, pois deve ser trabalhado como um instrumento de conscientização sobre saúde humana (BRASIL, 1997), considerando-se que, a atração física leva ao toque, e isso pode levar ao ato sexual, por isso é importante esclarecer, principalmente aos adolescentes, questões voltadas a gravidez indesejada e não planejada, formas de contracepção, informações e orientações para a prevenção e combate das IST's e AIDS (GONÇALVES et al., 2015; ENDERLE et al., 2015; CARVALHO et al., 2019).

Diante das informações citadas a cima, o presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio de um levantamento realizado nas turmas de 1ª séries do ensino médio de 3 escolas do Município de Guaraí/TO, a fim de, verificar o nível de conhecimento que estes alunos possuem sobre sexualidade, métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. Sendo que, o presente trabalho se justifica devido a sua relevância social e acadêmica, pois, na literatura ainda não foram publicados trabalhos com esta temática para o município de Guaraí/TO.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido em 3 escolas da rede estadual localizadas no Município de Guaraí, Tocantins. Estas escolas foram identificadas como CEMOT, CEIAH e DABM. De acordo com dados do IBGE (2016), este município está localizado na Mesorregião Ocidental do Tocantins e Microrregião de Miracema do Tocantins, fazendo parte da 6ª Região Administrativa do Estado, sob as seguintes coordenadas geográficas: 8°50'03"S e 48°30'37"W (Figura 1), e altitude de 259m a cima do nível do mar e, a 189 Km da Capital, Palmas. De acordo com o censo do IBGE de 2016, Guaraí conta com uma população estimada de 25.642 habitantes e densidades populacional com cálculos de 2010 é de 10.23 de habitantes por km² (IBGE, 2016).

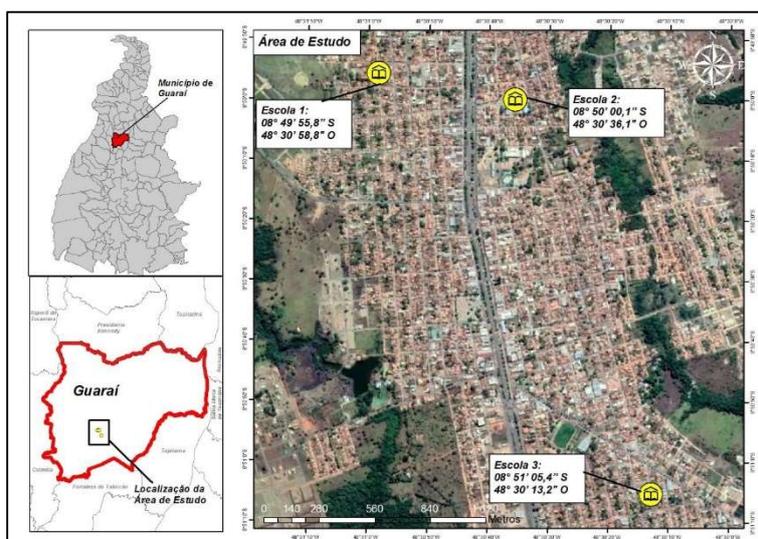


Figura 1: Mapa do Estado do Tocantins com destaque para o Município de Guaraí, identificando as escolas que foram trabalhadas na presente pesquisa. **Fontes:** Guerra et al. (2020).

Os colégios objeto do trabalho apresentam uma modalidade de ensino que abrange desde o ensino fundamental I, fundamental II até o ensino médio. Portanto, a escolha destas escolas se deu, devido ao fato de existirem turmas de 1ª série do ensino médio, considerando que, os conteúdos de reprodução humana e educação sexual devem ser ministrados para os alunos matriculados nesta série.

O questionário utilizado para o levantamento dos dados seguiu as recomendações de Gil (2008), com adaptações para a realidade do trabalho conforme aquelas propostas por Barros et al. (2017) e Maciel et al. (2017). As perguntas apresentavam com ponto principal, estimular os alunos a responderem as questões sobre o tema de acordo com o seu conhecimento em relação à gravidez na adolescência e métodos contraceptivos.

Para conseguir estes dados, foi elaborado um questionário contendo 16 perguntas de múltipla escolha, com questões que variavam desde identificação do sexo, idade até a existência ou não de uma maternidade indesejada. Antes da aplicação do questionário, o mesmo foi apresentado aos diretores das respectivas Unidades Escolares, que ao obter a permissão de realização do trabalho, foi então, apresentado e lido o Termo de Consentimento livre e Esclarecimento (resolução 196/96), explicando a finalidade da pesquisa e garantiu a confidencialidade da identidade dos participantes desta. Após a leitura, foi pedido a assinatura e o carimbo dos Gestores.

Após a assinatura do termo, o questionário foi então aplicado, seguindo a de 'preservação da identidade e privacidade de cada respondente do questionário', proposta pelos autores do trabalho, em que a finalidade era evitar que os alunos que estavam presentes no momento da aplicação dos questionários pudessem ter acesso as respostas do colega sentado à sua frente. Desta forma, as carteiras dos alunos foram dispostas na sala de aula em forma de cruzeta em que os encostos ficassem de encontro pela face posterior das cruzetas, que foram distribuídas de forma alternada na sala (Figura 2).

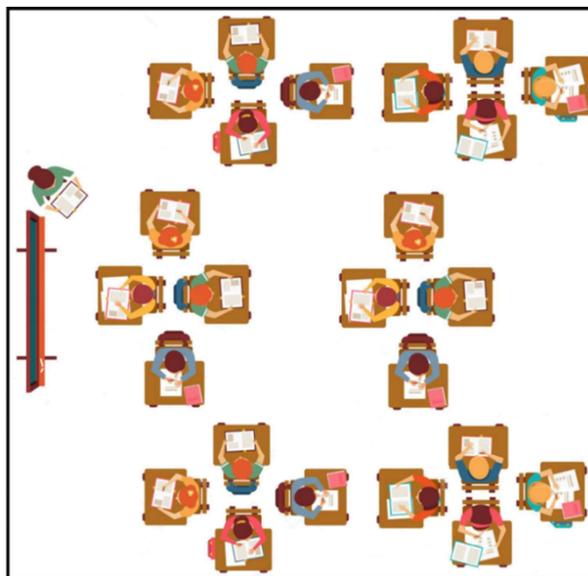


Figura 2: Técnica desenvolvida pelos aplicadores do questionário, dispondo as carteiras dos alunos em cruzeta para preservar a privacidade de cada respondente. **Fonte:** Guerra et al. (2020).

No questionário também não continha espaço de identificação dos alunos, a fim de, realizar uma tabulação às cegas, sendo atribuídos somente códigos numérico, que só foram inseridos de acordo com a ordem de tabulação dos resultados. No momento da recolha dos questionários os aplicadores não se aproximaram dos alunos a fim de não relacionarem o questionário respondido com o aluno que o resolveu. Cada discente ao terminar de resolver o seu questionário se dirigia a uma caixa de papelão com tampa e depositava o seu questionário no interior desta caixa com face superior virada para baixo. Ao termino da aplicação, as caixas foram lacradas e recolhidas.

Após a aplicação do questionário os dados foram tabulados em planilhas do pacote Office da Windows se utilizando do programa Microsoft Excel para construção de gráficos e as tabelas para melhor expressar os resultados da presente pesquisa, que foram expressos em estatística descritiva com discussões dos resultados (PEDROSO et al., 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, os questionários foram aplicados em 10 turmas, sendo que, 4 eram do CEMOT, 4 CEIAH e 2 DABM. A primeira pergunta diz respeito a identificação do sexo dos respondentes, pois assim, possibilita fazer uma relação entre as respostas coletadas por meio do questionário e o sexo dos indivíduos que o responderam. De acordo com a Tabela 1, o público que apresentou a maior quantidade de representantes foi o feminino com uma média 59,05% em comparação a 40,7% masculino. Já aquelas com maior número de

representantes do sexo feminino foram as 1º séries 'B' do CEIAH e 'A' do DABM, ambos com 68,75% e, as turmas com menor quantidade de meninas forma o 1º 'C' do CEMOT com apenas 46,7% e 'D' do CEIAH com 47%.

Almeida et al. (2016), encontrou resultados similares em seu trabalho intitulado "O conhecimento dos adolescentes sobre as doenças sexualmente transmissíveis e métodos de prevenção: um estudo de caso realizado em uma escola pública estadual no Município de Antônio João/MS", no qual realizou uma pesquisa com 65 adolescentes, com idades de 14 a 20 anos, em que, 52,30% eram do sexo feminino e 47,70% masculino. Já o trabalho de Pinto et al. (2009), o número de meninas ultrapassou o de meninos.

Cunha et al. (2017), também encontrou resultados semelhantes em seu trabalho intitulado "Pesquisa sobre sexualidade e gravidez na adolescência: uma reflexão acerca da importância da articulação do conhecimento através da participação ativa dos estudantes" aplicou um questionário para 125 participantes e registraram as contribuições de 66 meninas e 57 meninos.

Tabela 1: Quantidade de alunos que responderam ao questionário nos 3 Colégios trabalhados e o sexo dos respondentes.

Alunos que responderam			SEXO %		IDADE %						
			F	M	- 12	12	13	14	15	16	+16
CEMOT	1º A	28	51,1	42,9	*	*	*	32,1	53,6	10,8	3,5
	1º B	28	57,2	39,3	*	*	*	14,2	50,0	32,3	3,5
	1º C	30	46,7	53,3	*	*	*	13,3	73,4	13,3	*
	1º D	27	59,3	40,7	*	*	*	7,5	74,0	18,5	*
CEIAH	1º A	34	67,7	32,3	*	*	*	5,9	73,5	11,8	8,8
	1º B	16	68,75	31,25	*	*	*	12,5	50,0	25,0	12,5
	1º C	13	61,5	38,5	*	*	*	*	*	7,7	92,3
	1º D	17	47	53	*	*	*	11,8	41,2	29,4	17,6
DAB M	1º A	16	68,75	38,5	*	*	*	6,25	68,75	25,0	*
	1º B	08	62,5	37,5	*	*	*	*	*	25,0	62,3
MÉDIA			59,05	40,7	*	*	*	10,4	48,4	19,9	20,0

* Questões que não apresentaram nenhuma marcação.

Na Tabela 1, constam os resultados quanto a idade dos alunos que estavam presentes em sala de aula durante a resolução do questionário (-12 anos de idade até + que 16 anos). Em todas as turmas não houveram registros de idade inferior a 14 anos, sendo que, os resultados variaram entre 14 a 16, representando 48,4% de alunos com 15 anos e, em algumas turmas com alunos idade superior a 16 anos, representando uma média de 20%. Já a questão que fazia referência aos responsáveis destes alunos (Figura 3). Neste gráfico é possível observar que em média 47,08% dos alunos afirmaram que seus responsáveis são os seus pais (pai e mãe).

Alguns alunos do 1º ano 'C' (38,5%) e 'D' (35,3%) do CEIAH responderam que seus responsáveis eram os pais e, o restante respondeu que, ou o 'pai' ou 'mãe' e, em alguns casos os avós ou 'outras', sendo que, este mesmo perfil pode ser observado no 1º ano 'B' do DABM com apenas 12,5% dos alunos em que seus responsáveis são seus pais.

Almeida et al. (2016) afirmam que a principal fonte de informações sobre o tema "Sexualidade e Gravidez", são os pais ou parentes, pois em seu trabalho, observou que 36,92%, dos filhos buscam orientações com seus pais, e os mesmo incentivam seus filhos ao uso do preservativo e métodos

contraceptivos, mas quando ao se trata de "trocar ideias" escolhem os amigos, pois tem a mesma faixa etária, dúvidas e vivências.

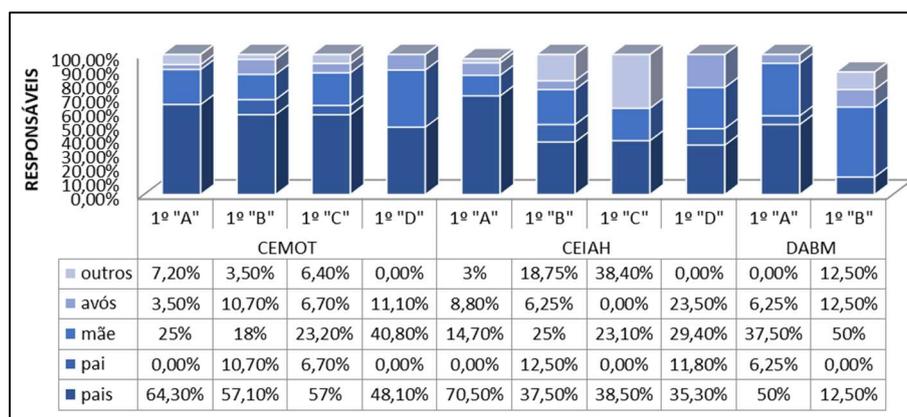


Figura 3: Representação gráfica dos responsáveis por estes alunos.

De acordo com Almeida et al. (2016), a adolescência é uma fase da vida que ocorre grandes transformações emocionais, cognitivas, sociais e corporais. Podendo destacar as mudanças relativas ao relacionamento afetivo que acontece entre os jovens durante a sexualidade (MALTA et al., 2011). Sendo o período da vida em que surge muitas dúvidas sobre as mudanças que começam a acontecer no corpo e principalmente sobre sexo (CARVALHO et al., 2019).

O questionário também faz um levantamento a respeito do grau do conhecimento destes alunos sobre sexualidade e gravidez (Figura 4). É possível perceber diante dos resultados que, o conhecimento está distribuído de forma homogênea entre os alunos das 3 escolas, pois os resultados demonstram que, poucos alunos entrevistados afirmaram que 'NÃO' sabem sobre sexualidade e conseqüentemente gravidez, porém, a maioria declarou que 'SIM' sabem razoavelmente sobre o tema. Neste processo, a Escola possui uma parcela de responsabilidade na educação sexual de seus alunos, pois de acordo com Beraldo (2003), a maioria dos adolescentes passam seu tempo no ambiente escolar, onde inicia o processo de socialização.

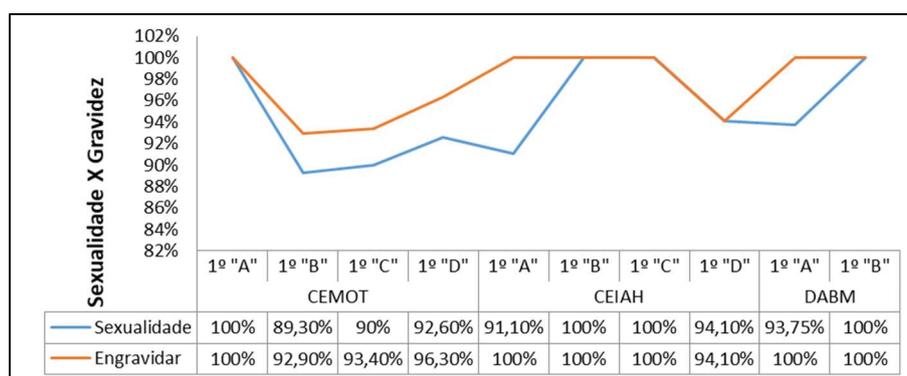


Figura 4: Comparação entre as respostas dos alunos quanto a conhecerem o tema sexualidade.

Destes alunos que responderam a esta pergunta no questionário é possível perceber que: 100% dos alunos do 1º ano 'A' do CEMOT; 1º ano 'B' e 'C' do CEIAH e 1º 'B' do DABM afirmaram que já sabem sobre o tema 'Sexualidade' e que também entendem sobre como uma mulher pode engravidar e ter um filho. No entanto, as turmas 'B', 'C' e 'D' do CEMOT 10,7%, 10% e 7,4% respectivamente afirmaram que ainda não

sabem sobre sexualidade e que 7,1%, 3,3% e 3,7% também destas turmas afirmaram que não entendem o processo de fertilização de um óvulo. Este perfil também pode ser observado nas turmas 'A' e 'D' do CEIAH 5,9% respectivamente afirmaram que ainda não sabem sobre sexualidade e gravidez e 6,25% na turma do 1º ano 'A' DABM.

O questionário também buscou comparar o conhecimento que os alunos apresentam sobre sexualidade (Figura 5). Desta forma, 88,1% dos alunos afirmaram que são organizados eventos pela escola, como palestras contando com a participação de profissionais da saúde, estando de acordo com as afirmações de Cunha et al. (2017).

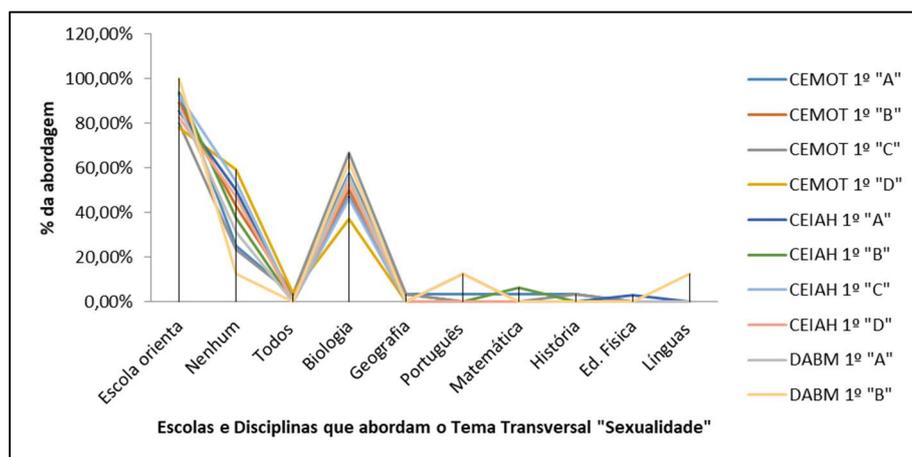


Figura 5: Participação dos Colégios e dos Professores das disciplinas do núcleo comum na sensibilização de seus alunos quanto ao Tema Transversal 'Sexualidade e Gravidez na Adolescência'.

A sexualidade vai além dos estudos conceituais anatômicos. Também é importante falar sobre as mudanças, as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais, a superação de tabus e preconceitos (FIGUEIRÓ, 2009; ALTMANN, 2001; CARVALHO et al., 2019).

Além dos Colégios, foi avaliado também, a participação dos Professores do Núcleo Comum com relação ao tema 'Sexualidade e Gravidez na adolescência', sendo que, 38,3%, afirmaram que os professores não trabalham educação sexual em suas aulas e, 53,22%, disseram que trabalham sim, especialmente na disciplina de Biologia, assim como, Geografia, Português, Matemática, História, Educação Física e Línguas Estrangeiras. As outras disciplinas do núcleo comum não foram marcadas nas alternativas por nenhum dos alunos.

De acordo com Ramos et al. (2017), a provável explicação para a disciplina de Biologia ser citada como a maior responsável por repassar informações, pode ser atribuído a suas características, pois, trata-se de uma ciência conceitual que, "quando compreendida pelo indivíduo, este terá condições de se posicionar de forma coerente, frente a temas diversos da sociedade moderna". Segundo Vieira et al. (2017), "a partir disso é correto dizer que o ensino da biologia pode estimular os alunos a serem críticos e terem a plena capacidade de refletir sobre assuntos estudados, melhorando seu aprendizado e podendo utilizá-lo para resolver situações problemas do seu cotidiano".

Conforme Leônico (2007), "a Educação Sexual, trata-se de um grupo de orientações que são

repassadas informalmente sobre a sexualidade, que implanta nos jovens os padrões, valores morais e éticos dominantes na sociedade". Sendo assim, o termo mais aceito atualmente é "educação sexual", pois, quando utilizado no ambiente de ensino, deriva do conceito pedagógico de orientação educacional, sendo estabelecida como um processo de ação sistemática na área da sexualidade, sendo exercido principalmente em escolas através de informações sobre sexualidade, tabus, crenças e valores referentes aos relacionamentos e comportamentos sexuais (BOMFIM, 2009; CARVALHO et al., 2019).

Com relação a primeira experiência sexual, aqueles que responderam 'sim', o questionário também perguntou 'com quantos anos o evento aconteceu?'. Os resultados mostraram que apesar dos alunos não terem total respaldo com relação a sexualidade e gravidez na adolescência, muitos já mantiveram sua primeira relação sexual e, em alguns casos, foi em uma idade muito precoce, inferior a 12 anos de idade (Tabela 2), período que marca a transição entre a infância e à adolescência.

No Brasil, o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 2007) "considera-se (...) adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade". Assim, no dia exato de seu décimo segundo aniversário, a criança pode ser considerada adolescente. Por tanto, alguns destes alunos tiveram sua primeira relação ainda na infância.

Krabbe et al. (2015), encontraram resultados similares, sendo que os percentuais de 74% dos participantes da pesquisa já tinham mantido a sua primeira relação sexual, sendo que destes 75% estavam entre seus 13 e 17 anos de idade. Para Malta et al. (2011), no Brasil os adolescentes têm iniciado suas relações sexuais mais precocemente, sendo essencial promover a orientação, apoio e proteção adequada para que os jovens tenham consciência e conhecimento sobre a vulnerabilidade em que estão inseridos.

Tabela 2: Registro da primeira relação sexual dos alunos e a idade em que este evento ocorreu.

COLÉGIO	TURMAS	1ª Relação Sexual %		Idade da 1ª relação %						
		Sim	Não	-12	12	13	14	15	16	+16
CEMOT	1º A	39,3	60,7	3,5	3,5	7,1	7,1	14,4	*	3,5
	1º B	32,1	67,9	*	*	*	18,0	7,1	7,1	3,5
	1º C	33,6	66,4	*	*	13,4	10,0	6,0	3,3	*
	1º D	37,0	63,0	*	3,7	*	18,5	11,1	*	3,7
CEIAH	1º A	44,1	55,9	3,0	5,8	3,0	14,7	14,7	3,0	*
	1º B	50,0	43,7	*	*	18,7	12,5	12,5	*	6,3
	1º C	100	*	*	7,7	*	13,3	7,7	38,5	30,8
	1º D	74,7	35,3	5,9	*	*	35,3	*	24,5	*
DABM	1º A	62,5	37,5	6,3	6,25	6,25	18,75	18,75	6,25	*
	1º B	100	*	*	*	12,5	*	50,0	*	37,5
MÉDIA		57,0	43,0	1,9	2,7	6,1	14,8	14,2	8,3	5,8

* Não selecionado no questionário.

Uma média de 57% dos alunos dos 3 colégios declarou já ter mantido relação sexual pelo menos uma vez na vida com idade entre (-) de 12 a (+) de 16. Também é possível observar que, em 2 turmas 100% dos alunos declararam já ter mantido a sua primeira relação sexual (1º ano 'C' CEIAH e 'B' do DABM). Já no CEMOT mais de 60% ainda não tinham mantido a primeira relação. Inversamente estes números se apresentam muito altos no CEIAH e no DABM, em que a maioria das turmas, mais de 50% dos alunos já tiveram sua primeira relação.

Estes resultados estão de acordo com aqueles encontrados por Cunha et al. (2017), que aplicou um questionário para 125 adolescentes e notou que destes, 53 (42,4% dos alunos de ambos os sexos) já tinham mantido relação: 22 meninas (33,3%), e 31 meninos (54,3%). Tendo em vista que a idade média da primeira relação sexual ocorreu aos 14,9 anos de idade. A experiência da primeira relação sexual é um evento normativo do período vital do adolescente (ALMEIDA et al., 2016). Alguns Dados recentes afirmam que no Brasil mais da metade dos jovens entre 15 e 19 anos tiveram relações sexuais pelo menos uma vez na vida e que a idade média foi de 14,9 (PAIVA et al., 2008).

De 4 das 10 turmas que responderam ao questionário tiveram alunos que declaram que sua primeira relação sexual foi com menos de 12 anos de idade e que 2 destas turmas se encontram no CEIAH (1º ano 'A' e 'D'), 1 no CEMOT (1º 'A') e 1 no CEIAH. A maioria dos alunos tiveram sua primeira relação aos 14 e 15 anos. Estes resultados estão de acordo com aqueles encontrado por Bandeira et al. (2006), que perceberam, entre os universitários de enfermagem da faculdade de fortaleza, 58,5% iniciaram sua vida sexual entre 17 e 21 anos; 28,3% entre 12 e 16 anos; 7,6% com idade superior a 21 anos e 5,6% não tiveram relação sexual.

Guimarães et al. (2016), também encontraram resultados preocupantes sobre a aplicação dos Temas Transversais em uma Escola Pública de Palmas/TO. Em seu trabalho intitulado 'Levantamento do conhecimento dos alunos de uma escola municipal de Palmas/TO, sobre doenças infecciosas e contagiosas' os autores perceberam que os alunos sabem o que é o Tema Trabalhado, mas não sabem o que é a prevenção, os sintomas e o tratamento para algumas patologias. No presente trabalho também é possível perceber este perfil, pois os alunos sabem o que é sexualidade e os processos por trás de uma fertilização, mas não sabem como prevenir e lidar com a situação.

O início sexual precoce é um comportamento de risco, pois o adolescente que é exposto a essa situação tem um maior número de parceiros sexuais ao longo da vida, até que optem por relações monogâmicas estáveis e, quanto maior o número de parceiros sexuais, maiores serão as chances de se expor a alguma IST (SILVA et al., 2015) e, conseqüentemente, a um evento de maternidade ou paternidade indesejada.

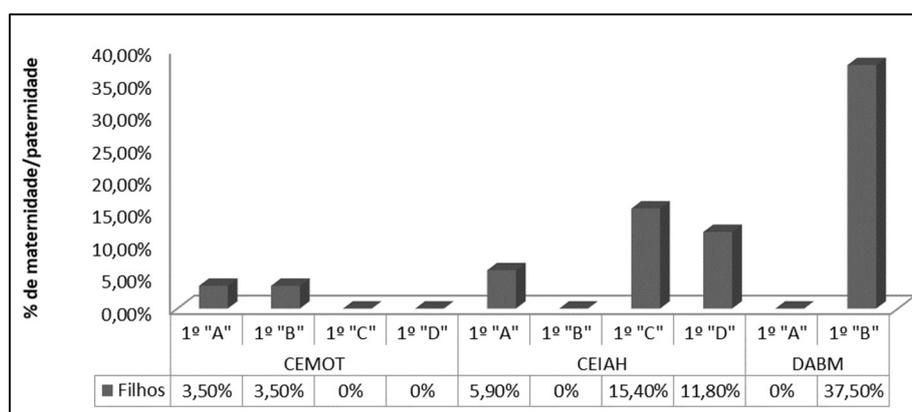


Figura 6: Porcentagem de alunos em cada turma que já são pais e que apresentaram modificações em seus hábitos estudantis após o nascimento da prole.

Com relação paternidade e/ou maternidade durante a adolescência e as mudanças ocorridas nos hábitos escolares (Figura 6). Diante desta questão, observa-se no gráfico que apesar da pouca idade e ainda

não terem concluído o ensino médio, dentre os alunos dos 3 colégios estudados observa-se a presença de pais e mães, que declararam existir mudanças na vida estudantil após o nascimento do filho.

As turmas com o maior número de alunos com filhos foram, o 1º ano 'B' do DABM (37,5%) e o 'C' do CEIAH, sendo estas, as mesmas turmas em que 100% dos alunos já mantiveram sua primeira relação sexual. Além destas 2 turmas, ainda foram registradas mais 2 no CEIAH (1º 'A' com 5,9% e 'D' com 11,8%), além de 2 turmas no CEMOT (1º 'A' e 'B') com 3,5% dos alunos respectivamente são pais.

Estes resultados estão de acordo com aqueles encontrados por Cunha et al. (2017), ao realizar uma pesquisa em quatro salas e, obteve o seguinte resultado: quanto a filhos na adolescência (97% dos alunos ainda não tinham filhos), porém, os outros 3% já tinham. Neste grupo populacional, a gravidez vem sendo considerada, em alguns países, um problema de saúde pública, podendo acarretar complicações obstétricas, com consequências para a mãe e o recém-nascido, bem como problemas psicossociais e econômicos (YAZLLE, 2006).

Os alunos declararam que as maiores mudanças em seus hábitos estudantis tinham íntima relação com a ausência de uma pessoa confiável para deixar o filho e se deslocar até a escola; alguns afirmaram que tiveram que abandonar os estudos por 1 ano para trabalhar e manter o filho; outro aluno respondeu que o bebê sentia muita cólica nos primeiros meses e não encontrava com quem deixa-lo; alguns disseram que sentiram muita dificuldade de voltar a estudar após o nascimento do bebê pois não encontrava tempo hábil para isto.

Para complementar as respostas dos alunos, estes foram questionados a respeito da melhor idade de ser pai ou mãe, de acordo com sua concepção (Tabela 3). A maioria dos alunos responderam que a melhor idade está entre os 25 a 30 anos (47,0%), sendo que, 40,9% dos alunos acreditam que a melhor idade para ter filhos é de 20 a 25 anos. Também foram observados que a resposta 'não importa a idade' foi marcada por alguns alunos, que declaram que a idade para ter filhos não tem importância nenhuma.

Tabela 3: Concepção dos alunos em porcentagem a respeito da idade ideal para ter filhos.

Colégio	Turmas	MELHOR IDADE PARA TER FILHOS %					
		Não importa	12 a 15	15 a 20	20 a 25	25 a 30	+ 30
CEMOT	1º "A"	*	*	*	10,7	78,6	10,7
	1º "B"	*	*	*	28,5	60,8	10,7
	1º "C"	3,3	*	*	50,10	40,0	6,6
	1º "D"	3,7	*	*	48,1	44,5	3,7
CEIAH	1º "A"	3,0	*	5,9	41,1	38,2	11,8
	1º "B"	*	*	12,5	56,25	25,0	6,25
	1º "C"	7,7	*	*	30,8	61,5	*
	1º "D"	11,8	*	*	11,8	58,8	17,6
DAB M	1º "A"	*	*	*	68,75	25,0	6,25
	1º "B"	*	*	*	62,5	37,5	*
MÉDIA		3,0%	*	1,8%	40,9%	47,0%	7,3%

* Opção não selecionada pelos alunos.

O questionário também visou uma abordagem sobre métodos contraceptivos para compreender se os alunos sabem como evitar uma gestação indesejada durante a adolescência ou a fase estudantil (Figura 7). Uma média de 59,2% dos discentes disseram que sabem o que são métodos contraceptivos e 37,6%

afirmaram que nunca ouviram falar a respeito termo. Os outros alunos não responderam esta questão.

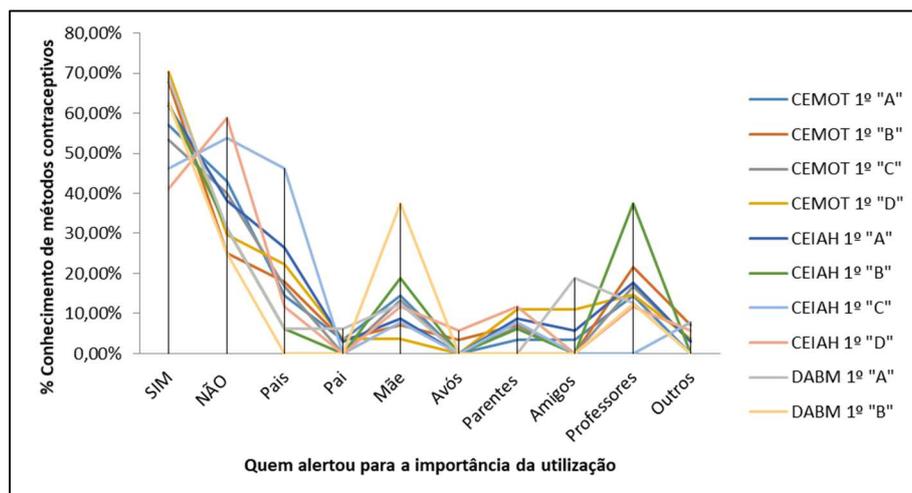


Figura 7: Conhecimento sobre métodos contraceptivos e quem alertou para a importância de sua utilização.

Para reafirmar a resposta dos alunos, o questionário perguntou também, a aqueles que já ouviram falar a respeito do tema, para que marcassem a alternativa que melhor pudesse expressar 'de quem partiu a iniciativa de conscientiza-lo a respeito'. A maioria dos alunos que afirmaram que sabem o que é um método contraceptivo disseram que aprenderam com seus pais (16,8%), alguns afirmaram que foi com seus professores (16%) e 13,56% disseram que foi com suas mães. Percebe-se também que os avós não costumam participar do processo de formação sexual dos netos, mesmo que seja somente para orientar.

De acordo com Villela et al. (2006), em uma pesquisa realizada em São Paulo em 2004 em busca do conhecimento sobre os métodos contraceptivos e suas fontes de informação, os mesmos apontaram a escola como a maior fonte de informações, totalizando 86,9%. Neta pesquisa, a televisão ocupou segundo lugar dentre as fontes de maior informação, sendo 65,2% para sexo masculino e 62,6% feminino. A família já teve um percentual de 51,9%, enquanto as adolescentes apontaram os amigos como a terceira fonte de informação, com 51,4%.

Tabela 4: A escola deve trabalhar mais educação sexual?

Colégio	Turmas	O Colégio deve trabalhar mais Educação Sexual %		
		SIM	NÃO	NÃO SABEM
CEMOT	1º "A"	89,3	*	10,7
	1º "B"	89,4	3,5	7,1
	1º "C"	93,4	3,3	3,3
	1º "D"	88,9	3,7	7,4
CEIAH	1º "A"	76,4	8,9	14,7
	1º "B"	81,25	6,25	12,5
	1º "C"	92,3	*	7,7
	1º "D"	76,4	11,8	11,8
DABM	1º "A"	75,0	12,5	12,5
	1º "B"	62,5	12,5	25
MÉDIA		82,5	6,2	12,1

* Não foram marcadas pelos alunos.

Já com relação a concepção dos alunos quanto à necessidade de a escola trabalhar educação sexual (Tabela 4). No CEMOT 89,3% dos alunos responderam que 'sim', 3,5% que 'não'. Já no CEIAH 81,6% acham

que 'sim' e 9% 'não' e no DABM, 68,8% 'sim' e 12,5% 'não'. Sendo que, as porcentagens específicas dentro de cada turma, encontra-se na tabela 4. Marcondes (2012), aplicou um questionário para 34 participantes, e destes, 33 são a favor de a escola trabalhar o tema "educação sexual" e apenas um se manifestou contrário.

Com relação a concepção dos alunos quanto a melhor idade para se ter um filho. A 1ª série 'A' do CEMOT em 10,7% dos alunos responderam, deveria ser entre '20 a 25 anos de idade', já 78,6% acredita que ser de '25 a 30 anos' e 10,7% 'mais de 30 anos'. Já na turma 'B', 28,5% acredita que a melhor idade é de '20 a 25', 60,8% de '25 a 30' e 10,7% acredita ser com '+30 anos'. Na turma da 1ª série 'C', 3,3% disseram que 'não importa a idade', contra 50,1% que acredita que o melhor seria entre '20 a 25 anos', 40% de '25 a 30' e 3,3% '+30'. Na 1ª série 'D', 3,7% disseram 'não importa a idade', 48,1% entre '20 a 25', 44,5% de '25 a 30'.

Já no CEIAH a turma do 1º série 'A', somente 3% disseram que 'não importa a idade', 5,9%, disseram que o melhor seria de '15 a 20 anos', 41,1% '20 a 25', 38,2% de '25 a 30' e 11,8% '+30'. Já no 1º ano 'B' 12,5% responderam que seria melhor de '15 a 20 anos', 56,25% '20 a 25' e 25% de '25 a 30 anos'. No 1º ano 'C' 7,7% responderam que 'não importa a idade', 30,8% de '20 a 25' e 61,5% '25 a 30'. Já na 1ª série 'D' 11,8% responderam que 'não importa a idade', 11,8% de '20 a 25 anos', 58,8% '25 a 30', 11,8% responderam '+30'. No Colégio DABM a turma do 1º série 'A', 68,75% dos alunos responderam 'entre 20 a 25 anos', 25% '25 a 30' e 6,25% creditam que, deveria ser com '+30'. Já na 1ª série 'B' 62,5% responderam que o ideal deveria ser de 20 a 25 anos, e 37,5% disseram que deveria ser entre 25 a 30 anos.

De acordo com Reis et al. (2007), em uma pesquisa realizada com adolescentes de ambos os sexos, com o objetivo de descobrir a concepção destes quanto a idade adequada para se ter filhos, no grupo feminino 73% disseram que a idade adequada é acima de 20 anos para se ter o primeiro filho, 20% afirmou que é entre 19 e 20 anos e 5% não responderam. Já as respostas do grupo masculino, com a variação pequena, seguiram a mesma tendência observada no feminino, sendo que 68% dos seus dos respondentes disseram que é acima dos 20 anos a idade adequada, 23% afirmaram que é entre os 19 e 20 anos e 7% não souberam responder. Entre ambos os grupos apenas 2% afirmaram ser aos 18 anos.

CONCLUSÕES

Diante da pesquisa realizada nas escolas, deparou-se com inúmeros elevados de alunos que demonstram à falta de orientação quanto a educação sexual. Também foi enfatizado neste trabalho que, as escolas desempenham o seu papel quanto ao tema, porém, alguns professores não tocam no assunto com os alunos. Contudo, a maior preocupação relacionada a estes resultados, é que, além dos professores a maioria dos alunos também não recebem este tipo de orientação por parte de seus responsáveis, sendo uma ação mais frequente nos grupos de amigos.

Acredita-se que a melhor solução para esta problemática seria desenvolver e aplicar capacitações para os profissionais da educação, a fim de prepara-los para enfrentar esta realidade no interior da sala de aula, ofertando ao professor todo o conhecimento necessário a respeito do tema, as maneiras de como deve ser trabalhado aos diferentes grupos de alunos, podendo assim, orientá-los de maneira correta. Outra provável solução seria realizar ações que envolvam os responsáveis por estes adolescentes, como por

exemplo, palestras e oficinas relacionadas a educação sexual, a fim de, buscar ajuda no processo de conscientização sobre o momento e a forma adequada de se manter relação sexual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.; BERTUCI, T. C. S. C.. O conhecimento dos adolescentes sobre as doenças sexualmente transmissíveis e métodos de prevenção: um estudo de caso em uma escola pública estadual no município de Antônio João/MS. In: ENEBIO, 4; EREBIO REGIONAL, 8. **Anais. Revista da SBEnBio**, 2016.
- ALTMANN, H.. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.2, p.575-585, 2001.
- BANDEIRA, V. M. P.; DIÓGENES, M. A. R.. O uso do preservativo masculino e feminino entre os alunos de enfermagem da universidade de Fortaleza. **Revista Enferm. UERJ**, v.14, n.1, p.74-79, 2006.
- BARROS, J. B.; CORREA, I. C.; FREITAS, K. T. S.; GUEDES, J. C.; GUIMARÃES, A. P. M.; OLIVEIRA, J. S.; SANTOS, H. O.. Ciência x Religião: a didática utilizada por professores de escolas públicas de Guarái/TO que ministram a disciplina de Evolução e possuem convicção religiosa. **Educationis**, v.5, n.2, p.15-23, 2017.
- BERALDO, F. N. D. M.. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Revista Psicologia escolar e educacional**, v.7, n.1, p.103-104, 2003.
- BOMFIM, S. S.. **Orientação sexual na escola: tabus e Preconceitos, um desafio para a gestão**. Monografia (Bacharelado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Documento orientador do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC, 1997.
- BUSQUETS, M. D.; CANZOS, M.; FERNÁNDEZ, T.; LEAL, A.; MORENO, M.; SASTRE, G.. **Temas transversais em educação**: bases para formação integral. São Paulo: Ática, 2000.
- CARVALHO, L. G. L.; JARDIM, M. C.; GUIMARÃES, A. P. M.. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis**, v.7, n.2, p.19-29, 2019.
- CUNHA, N. C.; SARAIVA, I. S.; BARROSA, M. D. M.. Pesquisa sobre sexualidade e gravidez na adolescência: uma reflexão acerca da importância da articulação do conhecimento através da participação ativa dos estudantes. **Vittalle: Revista de Ciências da Saúde**, v.29, n.2, p.11-22, 2017.
- ENDERLE, C. F.; SUIN, L. R. O.; KERBER, N. P.; BARROS, A. M.. Gravidez e parto na adolescência: estudo teórico. **VITTALLE: Revista de Ciências da Saúde**, v.24, n.2, p.17-22, 2015.
- FIGUEIRÓ, M. N. D.. **A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos**. Educação Sexual: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.63-104.
- GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, R. C.; PAES, D. C.; FAVORITO, A. P.. Educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental: o que educadoras da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás) têm a dizer?. **Multi-ScienceJournal**, v.1, n.3, p.69-78, 2015.
- GUIMARÃES, A. P. M.; BERTOLIN, A. O.. Levantamento do conhecimento dos alunos de uma escola municipal de Palmas/TO, sobre doenças infecciosas e contagiosas. **RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação**, v.2, n.1, p.128-138, 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2016**. Brasília: IBGE, 2016.
- KRABBE, E. C.; PADILHA, A. S.; HENN, A.; MOLIN, D. B. D.; TEIXEIRA, K. J.; ABREU JÚNIOR, P. S.; SANTOS, T. G.; CARVALHO, T. G. M. L.. Vacina contra o HPV e a prevenção do câncer do colo do útero: uma necessidade de avanço na prática cotidiana da ciência da saúde. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão Cruz Alta**, v.3, n.1, 2015.
- LEÔNICIO, J. M. M.. **A educação/orientação sexual na escola: ideias, concepções e inovações/manutenção de valores nas práticas docentes**. 2007.
- MACIEL, F. C. A.; SILVA, M. G. O.; CARDOSO, W.; SILVA, M. S.; TAKAHAGASSI, R.; SOARES, A. C.; GUIMARÃES, A. P. M.. O conceito de estruturas celulares na concepção dos alunos do 8º ano de Colmeia/TO. **Educationis**, v.5, n.2, p.6-14, 2017.
- MALTA, D. C.; SILVA, M. A. I.; MELLO, F. C. M.; MONTEIRO, R. A.; PORTO, D. L.; SARDINHA, L. M. V.; FREITAS, P. C.. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.14, n.1, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2011000500015>
- MARCONDES, M.. A diversidade em debate: uma análise da sexualidade proposta na educação. **Revista Eletrônica: Lenpes-Pibid de Ciências sociais UEL**, v.2, n.1, p. 1-15, 2012.
- MENDES, S. A. S.; MENDES, K. S.; CARVALHO, L. G. L.; COELHO, M.; GUIMARÃES, A. P. M.. Avaliação da percepção dos alunos de uma escola do município de Itaporã do

Tocantins a respeito da água para as futuras gerações.

Natural Resources, v.9, n.3, p.18-32, 2019.

PAIVA, V.; CALAZANS, G.; VENTURI, G.; DIAS, R.. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, p.45-53, 2008.

PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.; GUTIERREZ, G. L.; PICININ, C. T.. Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Rev. Bras. de qualidade de vida**, v.2, n.1, p.31-36, 2010.

PINTO, A. C. C.; RODRIGUES, H. C.. **Percepção de saúde e Doenças Sexualmente Transmissíveis em Escolares**. Monografia (Bacharelado em Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde) - Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

RAMOS, R. C.; RAMOS, R. C.; SOUZA, V. R.; LOPES, D. D.; MESQUITA, G. V.; GUIMARÃES, A. P. M.. Avaliação do grau de conhecimento de alunos de escolas públicas de dois municípios do interior do estado do Tocantins sobre o conteúdo de Biologia Celular. **Educationis**, v.5, n.2, p.24-33, 2017.

REIS, A. O. A.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R.. Sexualidade e procriação na ótica de jovens de periferias sociais e urbanas. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.**, v.17, n.2, p.54-63, 2007.

SILVA, A. D. S. N.; SILVA, B. L. C. N.; JÚNIOR, S.; SILVA, M. C. F. D.; GUERREIRO, J. F.; SOUSA, A. D. S. C. D.. Início da vida sexual em adolescentes escolares: um estudo transversal sobre comportamento sexual de risco em Abaetetuba, Estado do Pará, BRASIL. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v.6, n.3, p.27-34, 2015.

VIEIRA, M. R.; OLIVEIRA, K. S.; SANTOS, R. H. P.; DIAS, M. P.; GUIMARÃES, A. P. M.. Influência da biologia no aprendizado do aluno do ensino médio. **Educationis**, v.5, n.2, p.41-47, 2017.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T.. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cad. Saúde Pública**, v.22, n.11, p.2467-2472, 2006.

YAZLLE, M. E. H. D.. Gravidez na adolescência. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, n.28, v.8, p.443-445, 2006.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sapientiae Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.